

**QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM  
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Monalisa Gonçalves Tavares**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 O período de vigência será **prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses**, a contar do dia 28 de outubro de 2022, convalidando-se, para todos os efeitos, os atos praticados em decorrência do ajuste original no período compreendido entre 28/10/2022 e a data de efetiva celebração do presente (período em que tramitava o procedimento para aditamento prazal).

2.2 Fica ajustado entre as partes que o Acordo de Cooperação Técnica será extinto antecipadamente caso haja o incremento de novos postos de serviços terceirizados na Promotoria de Justiça, com a imediata devolução do servidor municipal ora disponibilizado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento para que produza os seus regulares efeitos.

Salvador/BA, datado e assinado digitalmente/eletronicamente.

Assinado eletronicamente por:  
MONALISA GONCALVES TAVARES  
CPF: [REDACTED]  
Data: 02/06/2023 11:06:12 -03:00

**Monalisa Gonçalves Tavares**  
**Município de Ibicaraí**  
Prefeito(a) Municipal

NORMA ANGELICA REIS CARDOSO  
CAVALCANTI [REDACTED]

Assinado de forma digital por NORMA ANGELICA  
REIS CARDOSO CAVALCANTI [REDACTED]  
Dados: 2023.07.21 09:23:20 -03'00'

**Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti Ministério Público  
do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: EF45V-WDG9H-BXWPX-ECSHM

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ MONALISA GONCALVES TAVARES [REDACTED] em 02/06/2023  
11:06 - Assinado eletronicamente

Endereço IP	Geolocalização
[REDACTED]	[REDACTED] [REDACTED]
	Precisão: 36463 (metros)
Autenticação	prefeitura.ibicarai@gmail.com
Email verificado	
bDIIf86eBHOTtGn436Lrc9ru3IzeVzrryZ+xK4mL/qw=	
SHA-256	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/EF45V-WDG9H-BXWPX-ECSHM>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA****GABINETE**

PORTARIA Nº 258/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando os fatos narrados no expediente protocolizado sob nº 19.09.00855.0017412/2023-70, e de acordo com o Parecer nº 469/2023 da Assessoria Técnico-Jurídica, o qual acolhemos, com fulcro no art. 185, IV, da Lei Estadual nº 9.433/2005, resolve instaurar Processo Administrativo para apurar a conduta da empresa BH SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, CNPJ nº 37.610.183/0001-77, por indícios de inexecução total do contrato, bem como constituir comissão processante para este fim, composta pelos servidores Antônio Sampaio dos Santos Júnior, que a presidirá; Geisa Maria Cardoso Ferreira e Patrícia Pinto Souza como membros; e José Jacques Barros Guarino, como suplente.

A Comissão de Processo Administrativo ora instituída tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da data de publicação deste ato.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 21 de julho de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

PORTARIA SGA Nº 255/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Ana Gabriela Reis Nogueira Gonçalves, matrícula nº 353.057 e Leonardo Borges Castellar Sampaio, matrícula nº 352.766, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 085/2023-SGA, relativo à aquisição de 01 (um) veículo de passageiros tipo caminhonete (pick up) 4x4.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

**RESUMO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA. Processo SEI: 19.09.02328.0016412/2022-27. Parecer Jurídico: 162/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Município de Ibicarai/BA, CNPJ nº 14.147.896/0001-40. Objeto do ajuste original: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa, entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 24 (vinte e quatro) meses, a contar de 28 de outubro de 2022.**

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Nº 091/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.02336.0005757/2023-23 – Pregão Eletrônico Nº 027/2023. Parecer jurídico: 515/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa PHM Construções e Combate a Incêndio Eireli, CNPJ nº 02.545.164/0001-20. Objeto: prestação de serviços de engenharia para manutenção preventiva e corretiva em sistema de combate a incêndio instalado na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, situada na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia, Salvador – BA. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Valor Global: R\$ 63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0048. Ação (P/A/OE): 4734. Região: 9900. Destinação de Recursos: 1.500.0.100. Natureza de Despesa: 33.90.39. Forma de Pagamento: Ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01 de agosto de 2023 e a terminar em 30 de julho de 2024.

PORTARIA SGA Nº 257/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Yule Brandão Mesquita, matrícula nº 354.905 e Magdyel Nader Barros Rego, matrícula nº 353.669, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 091/2023-SGA, relativo à prestação de serviços de engenharia para manutenção preventiva e corretiva em sistema de combate a incêndio, instalado na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, localizada na Quinta Avenida, Centro Administrativo, nº 750, Salvador/BA.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

**QUARTO TERMO ADITIVO AO  
TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça, **Dra. Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**



2.1 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2020.


### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 16 de setembro de 2020.

  
**Norma Angélica Reis Cardoso**  
**Cavalcanti Ministério Público**  
**do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça

  
**Luís Jacome Brandão**  
**Neto**  
**Município de Ibicaraí**  
Prefeito(a) Municipal

1ª Testemunha

Nome: Francilene dos S. Lacerda



2ª Testemunha

Nome: Silvana Silva Monteiro





**RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA – CRB.** Processo Simp: 003.0.12688/2020. Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e o Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região – CRB-5. Objeto do Termo de Cooperação: Realização de ações integradas entre o MPE/BA e o CRB-5, em toda sua área de atuação, no âmbito do Programa: “MP e os objetivos do milênio: saúde e educação de qualidade para todos”, em todo o Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o período de vigência do ajuste original por mais 02 (dois) anos, a contar de 22/10/2020.

**RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO À ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.** Processo Simp: 003.0.12151/2020. Parecer Jurídico: 516/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai, CNPJ nº 14.147.896/0001-40. Objeto do Termo de Cessão: Estabelecer a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28/10/2020.

**RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA.** Processo Simp: 003.0.12074/2020. Parecer jurídico: 502/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Xique-Xique – BA, CNPJ nº 13.880.257/0001-27. Objeto do Termo de Cooperação: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Xique-Xique - BA. Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do termo original por mais 02 (dois) anos, a contar de 30 de outubro de 2020.

**RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 138/2015- SGA**  
Processo SIMP: 646.0.12923/2020. Parecer jurídico: 628/2020. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Koalla Participações Empreendimentos Imobiliários e Serviços Ltda, CNPJ nº 14.223.237/0001-46. Objeto contratual: Locação de 12 salas em imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento de órgãos do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 03 (três) anos, a contar de 20/11/2020 até 19/11/2023, mantendo-se os preços de aluguel atualmente pactuados para o período de 20/11/2020 a 19/11/2021. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0025 – Ação (P/A/OE) 6965 – Região 5700 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, com base no Parecer nº 654/2020, da Assessoria Técnico-Jurídica, HOMOLOGA o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020, UASG 926302, PROCESSO nº 003.0.12149/2020, OBJETO: Aquisição de Nobreak 60KVA, conforme edital e seus anexos. LICITANTE VENCEDORA: RTA COMERCIO E SERVIÇOS DE ASSISTENCIA TECNICA LTDA, CNPJ: 07.604.035/0001-89. Salvador-Ba.

---

### PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

---

INQUÉRITO(S) CIVIL(S) / PROCEDIMENTO(S):

GEPAM - 8ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CIDADANIA DE SALVADOR/BA  
EDITAL Nº 009/2020 PRORROGAÇÃO INQUÉRITO CIVIL Nº 003.9.183988/2017

A 8ª Promotoria de Justiça da Cidadania, por intermédio da Promotora de Justiça infrafirmada, no uso de uma de suas atribuições legais relativas à Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público, atendendo ao comando do art. 9º da Resolução 23 do Egrégio Conselho Nacional do Ministério Público do Estado da Bahia, vem por meio desta COMUNICAR a todos quanto possa interessar, a PRORROGAÇÃO DO PRAZO do Inquérito Civil nº 003.9.183988/2017, pelo prazo de 1(um) ano a contar desta data, diante da necessidade de realização da seguinte diligência: I – Dar continuidade à instrução na condição de Substituta Legal, em razão de não ter sido homologada a promoção de arquivamento. O processo é do ano de 2017 e foi recebido nesta Promotoria de Justiça em 13/11/2020, com mais de três anos de andamento, tornando-se necessária a prorrogação, diante da imprescindibilidade de realizar as diligências necessárias.

Salvador/BA, 18 de novembro de 2020  
CÉLIA OLIVEIRA BOAVENTURA  
Promotora de Justiça I

EDITAL N.º 034/2020  
COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO DE NOTÍCIA DE FATO  
A 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASA NOVA

O Ministério Público do Estado da Bahia, por meio de sua Promotora de Justiça Substituta, Drª Thays Rabelo da Costa, vem, por meio deste edital, comunicar aos interessados sobre decisão de arquivamento da Notícia de Fato nº 027/2020, IDEA 066.9.194968/2020, nos termos do art. 4º, I da Resolução CNMP Nº 174/2017.

Casa Nova, 18 de novembro de 2020.  
THAYS RABELO DACOSTA  
Promotora de Justiça Substituta





**3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E O  
MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Travessa Tiradentes, nº 23, Centro, Ibicaraí-BA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Luís Jacome Brandão Neto**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente termo aditivo alterar a redação da Cláusula Quinta, bem como prorrogar o período de vigência do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicaraí, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaraí.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES**

2.1 A Cláusula Quinta do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa original passa a vigorar com a seguinte redação:

“Este acordo terá vigência de 02 (dois) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante celebração de termo(s) aditivo(s).”


2.2 O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

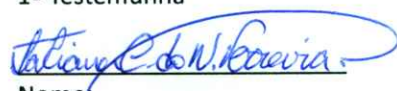

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 15 de outubro de 2018.

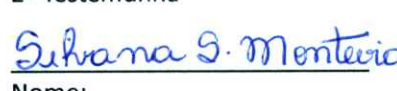

  
**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
Ministério Público do Estado da Bahia  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

  
**Luís Jacome Brandão Neto**  
Município de Ibicaraí  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

  
Nome: 

2ª Testemunha

  
Nome: 

PROCESSO DEFERIDO PELA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO

Nome	Matrícula	Período deferido da licença	Quinquênio	Processo inicial	Publicação DJE	ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE GOZO		
						Novo Período	Motivo	Documento autorizador
SUELI VIEIRA DE OLIVEIRA	161.438	16/10/2018 A 14/11/2018 - 30 dias	1992/1997	003.0.18010/2018	25/06/2018	01/08/2019 A 30/08/2019 - 30 dias	NECESSIDADE DO SERVIÇO	003.0.32003/2018

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 15 de outubro de 2018.

### **DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

RESUMO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO - CONTRATO Nº 181/2018- SGA

Processo: 003.0.26987/2018 - Dispensa nº 140/2018 - DA.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Romictom Maciel Santos-ME, CNPJ nº09.548.429/0001-29.

Objeto: Fornecimento de água mineral natural, sem gás, acondicionada em garrafas fabricados em embalagem de polipropileno, transparente, com tampa de pressão e lacre, com capacidade para 20 (vinte) litros, devidamente higienizados, para tender a Promotoria de Justiça Regional de Ibotirama/BA.

Valor unitário (garrafão): R\$ 10,00 (dez reais).

Valor global anual máximo (400 garrafas): R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 2000 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.30.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01/10/2018 e a terminar em 30/09/2019, ficando acordado que se considerará extinto caso o quantitativo máximo anual estimado venha a ser alcançado antecipadamente.

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 142/2016- SGA

Processo: 003.0.28622/2018.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Sampo Seguros S/A, CNPJ nº 61.383.493/0001-80.

Objeto contratual: prestação de serviços de seguro contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e demais coberturas adicionais para imóveis de propriedade do Ministério Público do Estado da Bahia.

Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato originariamente firmado entre as partes por mais 12 (doze) meses, a contar das 24:00h do dia 09/11/2018 até as 24:00h do dia 09 de novembro de 2019.

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 2047 - Região 9900 - Natureza da Despesa 33.90.39.

### **RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO À ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

Processo: 003.0.28300/2018.

Parecer Jurídico: 853/2018

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicaí, CNPJ nº 14.147.896/0001-40.

Objeto do Termo de Cessão: Estabelecer a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicaí/BA.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do Termo original por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28/10/2018.





**2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA  
BAHIA E O MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede nesta Capital, na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça Adjunta, **Dra. Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ nº 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, nº 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Lenildo Alves Santana, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 27 de OUTUBRO de 2016.

**Sara Mandra Moraes Rusciolelli Souza**  
**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procuradora-Geral de Justiça Adjunta

**Lenildo Alves Santana**  
**Município de Ibicarai**  
Prefeito Municipal

1ª Testemunha

Valiana C. L. N. Pereira

Nome:

[Redacted]

2ª Testemunha

Nome:

CPF:



**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**  
**GABINETE****RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA - MUNICÍPIO DE IBICARAÍ/BA**

Parecer jurídico: 1289/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai/BA.

Objeto do Ajuste: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os convenientes para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

Objeto do aditivo: Prorrogação do prazo de vigência por mais 02 (dois) anos, a contar do dia 28 de outubro de 2016.

**RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS- CONTRATO Nº 183/2016- SGA**

Processo: 003.0.216439/2016 - Inexigibilidade de licitação nº 009/2016-DTI.

Parecer jurídico: 1372/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Federal Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda, CNPJ nº 01.980.764/0001-14.

Objeto: prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao Sistema SisSoft2002 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia, móvel e fixa, judicialmente autorizada.

Valor global: R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0021 - Ação (P/A/OE) 2002 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

PORTARIA Nº 327/2016

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Designar os servidores Aricésar dos Santos, matrícula 352.104, e Helder Santana de Jesus, matrícula 353.559, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 183/2016-SGA, relativo à prestação de serviços especializados e exclusivos de consultoria, suporte técnico, atualizações, manutenção preventiva e corretiva, referente ao sistema SisSoft202 versão Sombra Light de interceptação e monitoramento de telefonia.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 16 de dezembro de 2016.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa**COMISSÃO DE LICITAÇÃO****EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO**

O Superintendente de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, HOMOLOGA o Pregão Eletrônico nº 91/2016, Processo nº 003.0.233648/2016, Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios. Parecer Tec/Jurídico nº 1431/2016. Data de Homologação: 14/12/2016. Licitante vencedor para o lote único: JOCEVAL DE OLIVEIRA SANTOS, CNPJ: 03.867.889/0001-05. Salvador/Ba, 16/12/2016. Frederico Wellington Silveira Soares - Superintendente.

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA**

Pregão Eletrônico nº 79/2016 - UASG 926302 - Procedimento nº 003.0.169266/2016 - Objeto: registro de preços de materiais elétricos (lâmpadas e soquetes). Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir desta publicação. Data da assinatura: 01/12/2016.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2016 - SGA						
REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL ELÉTRICO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES A SEGUIR.						
ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS E PREÇOS REGISTRADOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	MARCA /REF.	Unidade Física	QUANTIDADE ESTIMADA	PREÇO UNIT. (R\$)	FORNECEDOR
1	Lâmpada LED, tensão: 110-240V; Base:E27, Frequência: 50/60Hz, Fator de Potência: > 0.7; Vida útil mínima 25.000h; Fluxo luminoso: 810 lm; Ângulo de abertura: 200°; IRC: > 80; Dimensões 60 x 110mm; Potência: 10W. Cor branca.	Elgin	Un	700	11,99	SERV & MAQ COMERCIO E SERVICOS LTDA - EPP, CNPJ 12.981.327/0001-70





**TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICO-ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DA BAHIA E O MUNICÍPIO DE  
IBICARAÍ-BA.**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, inscrito no CNPJ n. 04.142.491/0001-66, com sede nesta cidade Capital, na 5ª Avenida, n.750, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Márcio José Cordeiro Fahel**, e o **MUNICÍPIO DE IBICARAÍ**, inscrito no CNPJ n. 14.147.896/0001-40, com sede à Rua Tiradentes, n. 23, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. Lenildo Alves Santana**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação do período de vigência** do Termo de Cooperação Técnico-Administrativa firmado com o Município de Ibicarai, com o fito de viabilizar o funcionario da Promotoria de Justiça de Ibicarai/BA.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO**

O período de vigência será **prorrogado por mais 02 (dois) anos**, a contar do dia 28 de outubro de 2014.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo de Cooperação original em tudo que não conflite com as disposições do presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes assinaram o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador/BA, 20 de outubro de 2014.

**Ministério Público do Estado da Bahia**  
Procurador-Geral de Justiça

**Município de Ibicarai-BA**  
Lenildo Alves Santana

1ª Testemunha

Nome:  
CPF:

2ª Testemunha

Nome:  
CPF:



**CORREGEDORIA GERAL**

COMUNICAÇÃO Nº 01/2015 - CGMP

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 207, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 11/96, combinado com o art. 90, §§ 1º à 4º do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, torna público aos Excelentíssimos Membros do Ministério Público do Estado da Bahia que dentro do Cronograma de Correições Ordinárias estabelecido para o 1º semestre de 2014, serão realizadas, no mês de fevereiro, Correições Ordinárias nas Promotorias de Justiça, na conformidade com o cronograma abaixo, sem prejuízo de que sejam realizadas Visitas de Inspeção nas Promotorias de Justiça das Comarcas vizinhas às que estejam sofrendo Correições.

DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR CORREGEDOR
23 a 27/02	CEAF, CEOSP, COER, CAOCA, NAIC e CEDUC.	Drª. Cleusa Boyda de Andrade
23 a 27/02	PJ de Fazenda Pública – 2ª PJ; 1ª, 3ª e 4ª PJ's do Consumidor; 1ª e 2ª PJ's da Cidadania, todas da capital.	Dra. Maria Isabel Rodrigues de Oliveira Vilela

Salvador, 07 de janeiro de 2015.  
FRANKLIN OURIVES DIAS DA SILVA  
Corregedor-Geral do Ministério Público

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
GABINETE**

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Município de Ibicarai, CNPJ 14.147.896/0001-40.

Objeto: Estabelecer e viabilizar a cooperação técnico-administrativa entre os Convenientes, para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Ibicarai.

Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo de vigência do Temo de Cooperação Técnico-Administrativa pelo período de 02 (dois) anos.

PORTARIA Nº 001/2015

A SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições delegadas pelo Ato nº 070, publicado no Diário do Poder Judiciário de 20 de agosto de 2014, e

- CONSIDERANDO as determinações contidas na Súmula nº 331 do TST e no artigo 154, VIII, da Lei Estadual nº 9.433/2005, relativas ao dever da Administração Pública de fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias a cargo das empresas contratadas; e

- CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), que institui mecanismos de controle quanto ao cumprimento de encargos trabalhistas, previdenciários e sociais pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados, já vem sendo aplicada por este Ministério Público;

RESOLVE

Art. 1º Instituir Comissão transitória para acompanhamento da fiscalização dos contratos do Ministério Público do Estado da Bahia cujos editais de licitação tenham observado os mecanismos de controle estabelecidos pela Lei Estadual nº 12.949/2014 (Lei Anticalote), com a seguinte composição:

- I. Gláucio Matos Santos de Cerqueira;
- II. Fernanda da Costa Peres;
- III. André Luis Sant'Ana Ribeiro;
- IV. Evânio Gomes de Andrade Filho;
- V. Eloisa Angelopes Pereira;
- VI. Milena de Carvalho Oliveira

Art. 2º A Comissão instituída incumbirá o estabelecimento de parâmetros e diretrizes visando a uniformização de práticas e procedimentos relacionados à fiscalização contratual, tanto no que se refere à documentação apresentada mensalmente pela empresa contratada para o fim de habilitação para pagamento, quanto ao controle da execução do objeto do contrato.